

FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA DE EMPRESAS NO RIO DE JANEIRO: ESTUDO COMPARATIVO

ELISABETH VON DER WEID
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

1. INTRODUÇÃO

Os arquivos de empresas tem fornecido dados preciosos para ajudar a compreender os caminhos da industrialização do país. Não são arquivos fáceis de serem pesquisados, pois freqüentemente o acesso é vedado ou censurado pelos empresários, ou eventualmente podem estar sob intervenção do governo ou estatizados, o que tanto pode facilitar quanto dificultar o trabalho. O principal enfoque de minha trajetória profissional foi a história de empresas, e tive a sorte de iniciar essa carreira com a possibilidade de acesso livre aos arquivos da mais importante empresa têxtil do país antes de 1930, a Companhia América Fabril, numa época em que esses estudos eram ainda pioneiros.

Mais tarde, depois de alguns projetos intermediários, tive novamente a oportunidade de acessar os arquivos de uma grande companhia, desta vez uma empresa monopolista estrangeira de serviços públicos – a *Light* do Rio de Janeiro. Tanto uma como a outra estavam, na época das respectivas pesquisas, em situação anômala, pois não estavam sendo administradas pelos empresários proprietários e sim pelo governo, o que por um lado facilitou o acesso à documentação.

Por outro lado, a intervenção estatal tinha desorganizado inteiramente ambos os arquivos, tornando o trabalho lento e irregular. Os dois estudos de caso passaram por uma série de contratemplos: alterações nas equipes e nos prazos, interrupções dos projetos e intervenções no sistema de trabalho. Nos dois casos, a pesquisa foi feita em várias etapas, não somente pelas dificuldades do acesso à documentação, mas também por esses motivos institucionais. A cada nova investida, havia uma nova organização ou um deslocamento da documentação, obrigando a uma nova articulação do trabalho, porém permitindo, algumas vezes, novas descobertas.

É interessante comparar o desenvolvimento de cada pesquisa e o estado da documentação das duas empresas, percebendo quais os documentos convencionais e quais os especiais de cada uma, levando em conta que a empresa têxtil tinha sido a maior empresa nacional do ramo e estava sob intervenção no momento da pesquisa, e a companhia estrangeira de serviços públicos foi uma das maiores empresas multinacionais estabelecidas no país, abarcando uma série de outras empresas, e estava, naquele momento, estatizada. Os procedimentos das duas pesquisas foram um pouco distintos, mas em ambos os casos não trabalhei a história integral da empresa, mas sua formação e seu desenvolvimento até o seu apogeu.

2. OS ARQUIVOS DA COMPANHIA AMÉRICA FABRIL

A pesquisa sobre a Companhia América Fabril foi iniciada em 1976, como uma nova abordagem no estudo do processo de industrialização brasileiro, focalizando um caso

de história de empresa na capital da República. A companhia em questão tinha duas vantagens para esta finalidade: o acesso livre aos arquivos e sua importância dentro da história econômica do país, o que permitiria atingir o objetivo de ampliar os estudos sobre nossa indústria.

Estes estudos vinham sendo feitos, até então, centralizados sobretudo no desenvolvimento do estado de São Paulo, talvez por ser este, em nossos dias, o principal parque industrial do país e por ter sido o café do oeste paulista o motor da economia nacional a partir do início do século XX. Nos últimos trinta anos, porém, vêm sendo efetuadas pesquisas sobre outras regiões, que permitem conhecer melhor a dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira como um todo, e a interligação ou isolamento dos processos regionais. As pesquisas referentes a setores industriais regionais e os estudos de caso de empresas são particularmente ricos na procura deste conhecimento do processo nacional, apesar de muitos desses trabalhos estarem ainda inéditos.

A indústria têxtil tem sido especialmente focalizada, por ser tradicionalmente o setor pioneiro do processo de industrialização. As primeiras indústrias têxteis brasileiras já se instalaram com características fabris, no final da primeira metade do século XIX, na Bahia, em Minas Gerais e, também, no Rio de Janeiro, que era na época o município da Corte e depois, o Distrito Federal. Centro político e administrativo durante o Império e início da República, o Rio de Janeiro foi também, nesse período, o eixo econômico e financeiro do país. São Paulo, por esta época, estava apenas no início da expansão cafeeira, não tendo ainda assumido o processo dinâmico de desenvolvimento que caracterizaria sua economia no século XX.

A Companhia América Fabril foi uma empresa privilegiada para pesquisar as origens do processo de industrialização do Brasil pela sua representatividade dentro do contexto nacional da época. A pequena fábrica que a originou foi fundada em 1878 nos arredores do Rio de Janeiro. O ramo têxtil era o setor mais avançado da indústria nacional naquele momento, e a Companhia América Fabril teve uma trajetória de crescimento vertiginosa. Os empresários proprietários da pequena fábrica rural do tempo do Império aproveitaram estrategicamente os momentos econômicos propícios, e expandiram em pouco tempo seus investimentos em diversas unidades. Instalaram um amplo leque de produção e transformaram a companhia, após a Primeira Guerra Mundial, na mais importante empresa têxtil do país. Tanto o seu capital quanto o valor da sua produção eram, no início da década de 1920, muito superiores aos de qualquer outra empresa nacional do setor, e mesmo à soma do capital e valor de produção das empresas do ramo em alguns estados da federação, tendo sido este capital, sempre, inteiramente nacional.

Os arquivos da Companhia América Fabril continham os documentos típicos de todas as empresas e mais alguns, específicos desta companhia. Através deles é possível compreender de que modo um estudo de caso pode contribuir para o conhecimento de um processo mais geral. O recurso a outros arquivos – fontes governamentais ou oficiais, documentos de associações de classe, periódicos e entrevistas – ajudaram a situar a empresa no quadro setorial ou nacional, permitindo uma visão comparativa ampla e a inserção do caso estudado dentro da economia regional e nacional.

O acervo documental da Companhia América Fabril, por sorte quase todo em bom estado de conservação apesar de muito disperso, continha um material extremamente rico que possibilitou a reconstituição detalhada de sua história. De modo geral, o trabalho com

a documentação de empresas é difícil, freqüentemente por restrições dos proprietários, e quando tal não ocorre, por sua inexistência ou má conservação. Na época da pesquisa, a Companhia América Fabril tinha falido e estava sendo administrada por um superintendente designado pelo Banco Central, que permitiu livre trânsito nos arquivos. Porém, este trânsito não foi fácil, pois o arquivo principal, que continha os Relatórios e livros de Atas de Assembléias de Acionistas, e que ficava inicialmente na sede da rua Teófilo Otoni, foi transferido depois para a sede administrativa da antiga fábrica Cruzeiro, no Andaraí, onde foi reorganizado. Lá encontramos outros documentos originais que foram de grande valia, como os livros de registro de acionistas, os de procurações e os cartões históricos de registro dos operários.

Os livros diários e de contas correntes foram encontrados numa visita a um arquivo morto abandonado no sótão da fábrica de Deodoro, por sorte preservados em dois baús perdidos num mar de documentos espalhados pelo chão, e caixas com cartões de registros dos operários da fábrica Bonfim, perdidas pelos cantos ou jogadas em estantes meio caídas. Além de trabalharmos com documentos da fábrica Pau Grande, situada na Raiz da Serra, e que nos foram emprestados, depois que os descobrimos no arquivo da fábrica Santana, próxima à antiga fábrica rural. Os livros de Atas de Diretoria só foram encontrados quando já acreditávamos ter esgotado todos os arquivos.

Os documentos encontrados na empresa abrangiam todos os setores da companhia, permitindo o conhecimento evolutivo de sua política econômica e social, das relações pessoais entre os principais acionistas e das relações de trabalho, além de nos fornecer dados para compreender as estratégias de produção e o próprio processo produtivo. Os documentos pertencentes ao arquivo da própria empresa são de três tipos: oficiais ou públicos; confidenciais ou de uso interno da empresa; e aqueles relativos a assuntos diversos.

O primeiro grupo, que reúne os documentos oficiais, apresenta informações que exigem uma análise criteriosa em virtude de seu caráter político-administrativo, já que o conteúdo das deliberações transmitidas pela direção da companhia aos sócios e à sociedade em geral pode implicar distorções. É necessário, portanto, que sejam relativizados e confrontados com a conjuntura nacional em que estão inseridos. Os relatórios de diretoria e os livros de atas das assembléias gerais de acionistas são documentos políticos contendo informações mais abrangentes. No caso da América Fabril, os livros de Atas das Assembléias Gerais de Acionistas estavam completos, mas os Relatórios de Diretoria, encadernados em um livro, iniciavam-se apenas em 1916. Os relatórios anteriores foram recuperados em pesquisa no Jornal do Comércio, pois era uma norma obrigatória sua publicação na imprensa antes da assembléia de acionistas.

Os relatórios anuais contêm um resumo das atividades do ano social da empresa. As assembléias ordinárias são importantes para a reconstituição dos processos e resultados das eleições de diretoria e conselho fiscal. As assembléias extraordinárias são mais reveladoras, pois ocorrem em momentos cruciais da empresa, e incluem as propostas e os problemas debatidos pelos acionistas, explicitando as posições divergentes. As Atas das reuniões de Diretoria não apresentam uma ocorrência regular, mas contêm informações detalhadas dos processos decisórios a nível de cúpula. No caso desta empresa, esses livros não estavam arquivados junto com os outros livros administrativos na secretaria, e só foram descobertos quase no final da pesquisa, quando fizemos uma sondagem em uma

arquivo morto guardado numa das fábricas. A pesquisa ganhou uma riqueza inesperada quando já pensávamos ter terminado o levantamento das fontes.

Outros documentos oficiais mais formais são os Estatutos, que definem a organização administrativa da empresa e informam sobre sua estrutura econômica, e o livro de Registro de Acionistas, onde se pode traçar relações de poder e de parentesco. Além desses, podemos incluir as escrituras dos investimentos imobiliários da companhia, e os contratos de locação de imóveis, armazéns, transporte nas estradas de ferro e nas linhas de bonde. Finalmente, os balanços semestrais, os livros diários e os de contas correntes, contribuem para o conhecimento da história econômico-financeira e das relações comerciais da empresa.

Os documentos de uso interno podem ser referentes às relações entre os sócios, às relações de trabalho, e à vida no interior da fábrica. Com referência às relações entre os sócios, o Livro de Procurações é uma mina inesgotável, permitindo perceber as ligações entre famílias e a formação de blocos ideológicos dentro da sociedade. Juntamente com o livro de Registro dos Acionistas, permite um conhecimento das estratégias dos empresários, das relações familiares, da formação de alianças nos momentos de crise. Dois momentos foram ilustrados ricamente por estes documentos: a incorporação da Companhia Carioca e a crise interna de 1923, que levou a um rompimento da sociedade, com a retirada da diretoria e um grupo de sócios que lhe deu apoio. Estes empresários formaram uma nova sociedade, a Companhia de Fiação e Tecidos Nova América, que em pouco tempo fazia concorrência à América Fabril.

Quanto às relações de trabalho, a empresa tinha um folheto que definia as normas de conduta na fábrica e nas vilas operárias, e que era distribuído aos operários no momento de contratação. Foi editado no início da década de 1920 pelo Departamento de Trabalho, um órgão da empresa responsável pelo controle e orientação da mão-de-obra. O Departamento de Trabalho teve curta duração, tendo sido extinto quando da crise de 1923. Mas sua proposta ideológica de formação dos operários fabris foi mantida pelo diretor gerente da nova diretoria, mesmo sem o controle de um setor específico.

Uma outra fonte confidencial, riquíssima para o conhecimento da composição da mão-de-obra e do controle sobre ela exercido pela empresa, são as fichas de registro dos operários, ou "cartões históricos", segundo a própria terminologia empresarial. São registros paralelos aos oficiais, e preservados até hoje, contendo a trajetória dos empregados em cada fábrica: informações sobre a identidade (sexo, idade, estado civil, instrução, nacionalidade), datas de entrada e saída, cargos, salários, moradia, acidentes, comportamentos fora da norma e as respectivas punições, motivos de saída, além da participação na Associação dos Operários. Essas fichas eram em torno de 11.000 na fábrica Cruzeiro e 750 na Pau Grande, considerando-se apenas o período do início do século XX até 1930.

As outras unidades, que já estavam desativadas quando iniciamos a pesquisa, tinham seus arquivos em péssimo estado, não sendo possível fazer um trabalho sistemático com eles. Mas os dados dessas duas fábricas foram ideais para comparar o processo de controle do trabalho fabril na unidade rural, a mais antiga da companhia, com o sistema de produção e controle dentro da sua unidade urbana mais moderna e completa. Esses dados foram informatizados em três bancos, um referente aos operários da fábrica Pau Grande, outro aos da Cruzeiro, e um terceiro com os comportamentos fora da norma e suas punições, registrados nesta última fábrica. A análise desses dados foi um estudo fascinante

de objetivos de controle empresarial e das reações dos trabalhadores, que permitiram perceber indícios do processo de formação da mentalidade operária ¹.

A equipe teve acesso ainda a documentos diversos, como plantas das fábricas e das vilas operárias e importante material iconográfico da década de 1910, retratando diversas seções das fábricas têxteis com suas turmas de trabalhadores. Essas fotografias permitiram perceber as diferenças existentes entre os trabalhadores da fábrica rural e os das fábricas urbanas e, no caso dessas últimas, as diferenças entre os operários das fábricas Carioca, no Horto Florestal, e das fábricas Cruzeiro, Bonfim e Mavilis. A presença dos negros e mestiços era maciça em Pau Grande, sem muita distinção das seções de produção. Na fábrica Bonfim, situada no cais do porto, essa presença também era marcante. Já na Mavilis, situada na mesma região porém com produção mais especializada, e na Cruzeiro, os operários de cor estavam localizados sobretudo nas seções de trabalho pesado. As fábricas Carioca pareciam ter uma maior presença de estrangeiros.

Foi possível também confirmar a presença quase que exclusiva de crianças nas seções de fiação de todas as unidades, confirmando os dados das fichas de registro das fábricas Cruzeiro e Pau Grande. Era portanto uma característica do processo produtivo a utilização de menores nesta seção - e eram crianças realmente muito pequenas. A presença feminina era também muito forte, sobretudo nas seções menos qualificadas de trabalho leve. Eram também cerca de pelo menos um terço da tecelagem, que era uma seção especializada.

Além da pesquisa documental, realizamos visitas às fábricas desativadas (a antiga Pau Grande, Bonfim e Mavilis), e àquelas ainda em funcionamento como a moderna fábrica Santana, em Pau Grande, e uma unidade em Deodoro, que tinha sido a antiga fábrica de linho Sapopemba, adquirida pela América Fabril nos anos 1950. Essas visitas, e uma entrevista com o Sr. Wilson, antigo empregado da fábrica Cruzeiro, nos permitiram conhecer de perto o processo fabril têxtil. Outra fonte rica em informações complementares para a pesquisa foram as entrevistas com antigos operários, com um antigo diretor e com descendentes de diretores. Os entrevistados, além de acrescentarem valiosas informações para o conhecimento da mentalidade empresarial e das relações de trabalho, forneceram documentos de difícil acesso, como o folheto das normas disciplinares e os estatutos e livros de atas de diretoria da Associação dos Operários da América Fabril, que não se encontravam nos arquivos da empresa.

Apesar de extremamente rica de informações, essa documentação precisava ser contextualizada e relativizada, de modo a permitir uma melhor compreensão das estratégias dos empresários. Para complementar a história da companhia, foi necessário, portanto, recorrer a outras fontes primárias, em poder dos arquivos públicos do Rio de Janeiro. No Arquivo Nacional, foram consultados os antigos arquivos da Junta Comercial, e os livros dos Cartórios de Notas do século XIX. Estes últimos documentos nos permitiram conhecer a situação da fazenda Pau Grande na época de sua compra pelos empresários que nela iriam construir a primeira fábrica. Confirmou-se, entre outros dados, a inexistência de escravos ligados àquelas terras.

¹ A respeito do trabalho com esses dados, ver de E. von der Weid, "O uso de métodos quantitativos no tratamento de dados qualitativos", *Revista do Rio de Janeiro*, n° 2, abr. 1986, Rio de Janeiro, p. 81-90.

Além disso, foram pesquisados os arquivos da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde foi possível perceber a partir de que momento a sociedade anônima passa a ser realmente aberta, e ter suas ações cotadas na bolsa. Foi possível, também, compreender a política de abertura gradual da sociedade, e a importância da empresa nos anos 1920, em que o ágio na venda das ações era quase sempre de mais de 100% do valor nominal.

Na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, tivemos acesso às publicações do Centro Industrial do Brasil (*Boletins, Relatórios*, e um livro com dados preciosos, *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira*, de 1916, que mostrou a vanguarda da produção da América Fabril, já naquela época, com relação às outras empresas congêneres do país) e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tinha uma revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, muito interessante para a compreensão das propostas industriais no final do século XIX. Na Confederação Nacional da Indústria consultamos os arquivos da Associação Industrial, com sua publicação *O Industrial*, e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro que, além dos *Relatórios*, tinha a *Revista da Grande Exposição de Tecidos de Algodão*, de 1923, e umas *Estatísticas da Indústria... relativas ao ano de 1927*. Esses arquivos contribuíram para a história comparada da América Fabril com as empresas congêneres no país, e para o conhecimento de sua participação nas entidades de representação do setor têxtil.

A organização das primeiras sociedades comerciais que antecederam a Companhia América Fabril pôde ser conhecida através de pesquisa nos livros dos Cartórios de Notas e nos registros de firmas da Junta Comercial do século XIX. Essas mesmas fontes, aliadas aos livros de matrículas de comerciantes, também da Junta, foram decisivas para identificação da situação sócio-econômica dos primeiros empresários e diretores, e para reconstituir as origens do capital da empresa.

O período anterior à formação da sociedade anônima e primeiros anos da nova firma são escassos de documentos da companhia, e foi possível reconstitui-lo através dos contratos das firmas solidárias, registrados na Junta Comercial, e de documentos oficiais, como o *Relatório ao Ministro da Fazenda*, da Comissão de Inquérito Industrial, de 1882; as *Informações apresentadas ao Corpo Legislativo* pela Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1883; e o *Relatório ao Corpo Legislativo*, da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1885. Sobre a situação anterior à fundação da fábrica Pau Grande, para situá-la dentro da evolução da indústria do Rio de Janeiro, recorreremos ao *Relatório* da Comissão encarregada da revisão da tarifa em vigor que acompanhou o projeto de tarifa apresentado pela mesma comissão ao governo imperial, em 1853. Recorreremos também ao *Relatório do júri especial do segundo grupo*, da Exposição Nacional de 1861, e ao *Relatório do segundo grupo*, da Exposição Nacional de 1866. Todos esses relatórios podem ser encontrados no Centro Industrial do Rio de Janeiro ou no Arquivo Nacional.

No Arquivo Nacional encontramos também os *Relatórios* do Presidente da Província do Rio de Janeiro; dos Ministérios da Fazenda; da Agricultura; de Indústria, Viação e Obras Públicas e a Coleção de Leis do Brasil. E uma publicação muito rica para o conhecimento do comércio e das relações comerciais do Rio de Janeiro, que é o Almanac Laemmert, com informações sobre as empresas comerciais e industriais do Rio de Janeiro no século XIX e início do século XX. Consultamos, na Biblioteca Nacional e na biblioteca do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) o *Jornal do Comércio*, que trazia os *Relatórios e Balanços* da companhia no período em que essa fonte inexistia no arquivo da empresa (até 1916).

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro recorremos aos documentos relativos às obras nas fábricas e à construção de vilas operárias, cujos projetos e medidas tinham que ser apresentados à prefeitura para avaliação, e que completaram os dados encontrados no arquivo da empresa. Outra fonte inestimável para a questão das casas e vilas para operários é o *Relatório* sobre "Habitações Populares" apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores por Everardo Backheuser, em 1906, com uma análise social e técnica sobre o tema, e descrição de vilas operárias de empresas diversas, inclusive as da própria América Fabril.

Para uma visão do contexto social das classes populares do Rio de Janeiro, tivemos acesso às estatísticas dos censos encontradas nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tem sistematizados os recenseamentos feitos em 1890 e 1922 a nível nacional, e o recenseamento do Rio de Janeiro, feito em 1906. Apesar de precários, estes dados nos permitem conhecer a extrema fluidez do mercado de trabalho existente na capital do país e a imensa população desqualificada e desempregada, ou subempregada, nesta cidade. São informações que nos ajudam a compreender as razões da espantosa mobilidade dos operários da fábrica Cruzeiro, cujo contingente operacional ficava em torno de 3000 operários no início do nosso século, e cujo montante de cartões históricos para esse mesmo período foi de 11.000. A facilidade com que saíam e retornavam ao trabalho na fábrica é explicada pela facilidade com que se podia sobreviver nas ruas da cidade naquela época.

3. O ARQUIVO DA THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY LIGHT AND POWER CO. LTD.

A *Rio Light* iniciou sua atividade no Rio de Janeiro em 1905, em plena reforma urbana, e caracterizou-se por ser uma grande empresa de serviços públicos, com atuação num amplo espectro da vida da cidade. Modificou radicalmente e em pouco tempo o cotidiano da capital, uma vez que fornecia energia elétrica para a indústria e para a iluminação das ruas e moradias, gás para cozinha e aquecimento, transportes coletivos eletrificados e comunicações telefônicas. Para desenvolver toda esta gama de serviços, foram necessárias estratégias de aquisição e controle, a nível das empresas concessionárias preexistentes, nacionais e estrangeiras, e de relacionamento político, a nível do poder público municipal, estadual e federal.

Os empresários norte-americanos chegaram ao Rio de Janeiro através de São Paulo, onde tinham-se estabelecido desde 1899 com uma empresa de produção e fornecimento de energia hidroelétrica e transportes públicos eletrificados. Seu interesse foi logo despertado para a capital da República por ser ela, na época, uma cidade muito maior e mais populosa. No entanto, todas as áreas que poderiam ser de interesse para sua atuação estavam dominadas por outras companhias concessionárias, e o custo do controle dessas empresas – através da compra do ativo ou da maioria acionária – era não apenas financeiro mas, em grande parte, também diplomático. Depois de um primeiro contato em 1900, iniciaram as manobras para se aproximar dos concessionários e de políticos influentes e, em 1904, formaram uma companhia no Canadá. No ano seguinte, obtiveram a autorização para funcionar no Brasil. Paralelamente, desenvolveram um trabalho complexo de captação de recursos no mercado financeiro internacional, que se prorrogou durante os primeiros anos de sua instalação na cidade, dificultado pelas variações do câmbio e dos preços locais.

Enquanto isso, foram progressivamente adquirindo as empresas concessionárias nas áreas que lhes interessavam, e comprando terras visando a construção da usina hidro-elétrica. Através de novos contatos políticos, procuravam obter novas concessões e modificações vantajosas nos contratos existentes. Em 1907, inaugurada a usina de Rio das Lages, já foi possível fazer um novo contrato com alterações substanciais na concessão de energia elétrica, como novos prazos e regalias, e um outro contrato de unificação das concessões de quase todas as companhias de bondes da cidade, também incluindo modificações importantes. Nessa época a empresa estrangeira já controlava $\frac{3}{4}$ da rede viária de bondes e as comunicações telefônicas. Já havia um contrato com a *Société Anonyme du Gaz* para fornecimento de energia elétrica para a iluminação da cidade e os empresários já possuíam boa parte das ações da própria companhia de gás e da última companhia de bondes, a poderosa Jardim Botânico. Em 1909, todas as empresas dos diferentes setores de serviços estavam sob o seu controle.

Uma vez incorporada a companhia e controladas as áreas de interesse, seguiu-se o processo de estruturação da empresa como *holding* local, reunindo sob a mesma direção as companhias de serviços que havia adquirido e que atuavam nos diversos aspectos da vida urbana. Em 1912, formou-se no Canadá a *Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd*, que passou a controlar as empresas do grupo no Brasil, na área Rio-São Paulo.

A trajetória dos empresários estrangeiros era fascinante. Com suas estratégias financeiras no exterior e seus contatos e manobras nacionais me pareciam os pioneiros das multinacionais, e me lembravam, guardadas as devidas proporções, perguntas semelhantes às que me suscitara o estudo dos empresários têxteis no Rio de Janeiro.

A pesquisa permitiu compreender as formas de interferência da empresa na cidade, a extensão dessa interferência, e o resultado da associação da *Light* com as diversas empresas de bondes e iluminação por ela adquiridas, ocorrida em um momento chave para a estruturação da cidade : a reforma urbana. Através dos bondes e da energia elétrica, a *Light* passou a atuar diretamente sobre a cidade e seus habitantes: a cidade, que já vinha se ampliando no processo de expansão das empresas de bondes, se transformou com a eletrificação e unificação das linhas, com a iluminação elétrica e a distribuição da nova energia para as fábricas, e com a expansão das comunicações telefônicas.

Os arquivos da empresa trazem informações sobre o sistema de distribuição de energia elétrica na cidade e a unificação, eletrificação e expansão da rede dos bondes, que facilitou o acesso de qualquer pessoa a qualquer ponto da área urbana e subúrbios. No bonde, intensificou-se a característica de espaço de socialização que já vinha se formando, o que tornou este transporte um elemento fundamental na vida da cidade e dos cidadãos.

Através da documentação da empresa foi possível conhecer as estratégias utilizadas pelos empresários nos diferentes momentos para obter as finalidades desejadas; verificar a forma pela qual essas estratégias interferiram no espaço urbano e no modo de vida da população, permitindo o sucesso do empreendimento. Pode-se notar que, em determinados momentos, a própria empresa utilizou e forjou alguns aspectos do imaginário popular, através do uso de artigos na imprensa, para melhor atingir seus objetivos.

Os arquivos das concessionárias adquiridas, reunidos nos arquivos da *Light*, permitiram também analisar a trajetória do crescimento daquelas empresas precursoras durante a segunda metade do século XIX, num contexto sócio-político bastante distinto da

época da multinacional. Alguns procedimentos dos empresários anteriores ficaram muito claros nos documentos, como a necessidade do investimento estrangeiro, as relações com as empresas imobiliárias, o processo de fusão de companhias e a tendência à monopolização dos diversos sistemas. Essa documentação foi essencial para a compreensão do desenvolvimento tecnológico e comparação das estratégias anteriores com as dos empresários da *Light*.

A pesquisa foi feita em três etapas. Inicialmente (1987), como pesquisa própria dentro da Casa de Rui Barbosa, investigando a chegada da *Light* no Rio. Mais tarde (1989), este trabalho foi inserido numa pesquisa mais ampla, de história institucional da *Rio Light*, junto com uma equipe diversificada e sob a orientação das professoras Maria Bárbara Levy e Eulália Lobo, quando ampliei um pouco o horizonte indo até a formação da *Brazilian Traction* (1912) e completando o estudo da telefonia até a saída do setor da *Rio Light*, com a formação da Companhia Telefônica Brasileira (*Brazilian Telephone Company*). E finalmente, (1993) voltei aos arquivos com uma perspectiva um pouco diferente, buscando ideologia e mentalidade empresariais.

Um dos problemas do trabalho nos Arquivos da *Light* foi a dispersão, diversidade e irregularidade das fontes. A primeira investida restringiu-se aos documentos encontrados no antigo arquivo de Mackenzie, no velho prédio da rua Larga, e na Biblioteca da avenida Presidente Vargas. Nessa época visitamos também um depósito de livros e documentos que ficava nos fundos do prédio da rua Larga, onde encontramos uma série imensa de copiadores da correspondência de Mackenzie com a prefeitura, com o governo do estado do Rio, com secretarias e ministérios, um manancial infindável que mais tarde não consegui mais alcançar. Havia também vários volumes de uma série publicada pela Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro (a *Rio Light*), em 1940-41, com a legislação e os contratos referentes a todas as áreas da empresa até a data da publicação, que se encontravam no depósito. Obtive, na época, que me doassem um exemplar de cada.

Na fase da história institucional, visitamos todos os espaços que poderiam eventualmente funcionar como arquivos: o antigo arquivo morto onde eu trabalhara tinha sido transferido para a avenida Rio Branco e estava sendo organizado; na Usina, havia grande concentração de documentos antigos das companhias adquiridas – uma boa parte dos livros de Atas de Assembléias e Estatutos. Além disso, havia estantes e mais estantes com gavetas de fichas de registro dos empregados da *Light* e livros com recortes de notícias de jornal referentes à companhia. Requisitamos alguns daqueles livros, tanto das companhias como os de recortes, para a pesquisa, mas só nos remeteram os estatutos. Na ilha do Governador, havia depósitos de documentos e, em um deles, haviam iniciado um trabalho de descontaminação. Era impossível trabalhar com eles, não conseguimos nem saber de que tratavam. Também o arquivo iconográfico da empresa estava fora de alcance, por estar sendo recuperado, com a restauração de fotografias e plantas.

A última incursão ao arquivo foi uma volta aos antigos documentos no antigo arquivo morto, para complementação de informações e recurso às revistas da empresa, com a perspectiva de estudar as idéias e propostas por ela transmitidas nos artigos. A documentação tinha voltado para a rua Larga, numa nova estrutura construída no local onde ficava o antigo depósito nos fundos do prédio. Toda a área foi remodelada para organizar o departamento de Patrimônio Histórico da empresa e o Centro Cultural *Light*. A organização dos documentos estava em novo sistema, por temática e ordem cronológica, mas era um processo de definição ainda em andamento, o que não facilitou muito o nosso

trabalho.

Na primeira fase, a pesquisa se desenvolveu no arquivo morto da companhia, que ficava no segundo andar do velho prédio da rua Larga, e que guardava a documentação que pertencera a Alexander Mackenzie, primeiro vice-presidente da empresa e responsável por sua implantação no Rio de Janeiro. Reunia toda a sua correspondência com Frederick Pearson, engenheiro americano idealizador do projeto; Percival Farquhar, um dos grandes capitalistas americanos envolvidos com a idéia; com os acionistas e secretários da companhia no Canadá e com políticos e outros empresários no Rio, São Paulo e no exterior.

Estes documentos estavam, nessa época, em completa desorganização, não havendo nenhum tipo de classificação, por temática ou período. A correspondência se encontrava em envelopes, pastas ou caixas, com etiquetas muito vagas, e o próprio conteúdo de cada uma estava muito misturado. Nossas fichas guardam referências do tipo “envelope Kearny-Pearson”, “caixa preta”, “pasta Lages”, pasta “Documentos da Companhia”. Essas referências certamente não correspondem ao sistema de arquivo atual, como de fato já não correspondiam numa volta aos arquivos dois anos depois. Nesta segunda etapa, o arquivo tinha começado a ser organizado por pastas, em ordem cronológica, sem distinção temática ou documental.

A documentação encontrada no arquivo da *Rio-Light* não podia ser fotocopiada ou xerocada na primeira fase da pesquisa, e foi necessário copiá-la à mão. Estes documentos estavam muito misturados e incluíam, além da correspondência, projetos diversos como de portos e ferrovias por todo o país – o que inicialmente me confundiu, parecendo que a abrangência da ação da *Light* teria sido muito maior do que realmente o foi. O arquivo Mackenzie reunia todos os seus documentos, e a desorganização causada pela estatização misturou o que se referia a sua situação de diretor da empresa com o fato de ser também o procurador do mega empresário americano Percival Farquhar, provocando mal-entendidos. Os problemas não se deram apenas na pesquisa: uma carta do secretário geral da sociedade canadense recomendava a Mackenzie para não misturar os procedimentos, pois a forma de atuação do americano não era bem vista pelos empresários canadenses, portanto não deveria permitir espaço para confusão.

Ainda nesta primeira etapa da pesquisa tivemos acesso, no arquivo morto da rua Larga, aos copiadores de correspondência particular de Mackenzie, que completaram as cartas encontradas nos envelopes no início da pesquisa. Uma rápida estadia em São Paulo me deu acesso ao excelente arquivo da Eletropaulo, que tinha a correspondência de Mackenzie muito bem organizada para o período anterior à sua partida para o Rio (1899-1904), quando articulava a estruturação da nova empresa. Neste arquivo foi possível xerocar toda a documentação que me interessava, o que facilitou imensamente o trabalho, completando os dados obtidos através da correspondência encontrada no arquivo da *Rio Light*. A pesquisa inicial nos arquivos do Rio me tinha mostrado que se eu perdesse vista um documento nunca mais o encontraria – ou, pelo menos, não facilmente. Assim, eu guardava comigo fichados, copiados a mão ou fotocopiados, a maior parte dos documentos referentes à *Light* que poderiam me interessar, além dos livros mencionados acima.

A fase de formação da companhia até 1905-08 foi pesquisada principalmente nos documentos particulares de Alexander Mackenzie, nos arquivos da Eletropaulo e da *Rio Light*. A correspondência entre Mackenzie e Pearson é riquíssima até essa data, reduzindo-

se um pouco nos anos seguintes. Os dois empresários trocavam propostas e projetos e Mackenzie fazia relatórios regulares sobre a evolução dos contatos, das relações com as companhias concessionárias e com os políticos e empresários que poderiam apoiá-los ou dificultar-lhes o caminho. Nesse primeiro momento, é também muito importante a correspondência com o secretário da empresa no Canadá, James Mitchell, que dá orientação sobre as relações entre os empresários financiadores e a companhia. São igualmente muito sugestivas as cartas trocadas com outros empresários, nacionais e estrangeiros, comentando encontros ou pedindo e fazendo sugestões.

A implantação e desenvolvimento de cada serviço e grande parte do processo de absorção e aquisição das concessionárias preexistentes foi levantada através dos contratos e concessões, publicados nessas edições: *Eletricidade e Gás* (legislação e contratos), *Tramways* (concessões), *Auto-ônibus* (legislação e autorizações) e *Estrada de Ferro Corcovado* (concessões). Estes volumes, que eu tinha obtido por doação no início da pesquisa, resgatam a história jurídica desses serviços públicos (bondes – desde as primeiras experiências com tração animal – a Estrada de Ferro Corcovado, gás, iluminação, energia elétrica e os ônibus) a partir da implantação de cada um deles na cidade. Além de reunirem toda a legislação referente a cada uma das áreas – onde se nota, por exemplo, as tentativas de restrições colocadas para a exploração de energia hidroelétrica. A correspondência de Mackenzie também traz freqüentes referências à legislação e às concessões. O mais interessante são os comentários sobre os prejuízos que uma lei pode acarretar, ou como manobrar para modificá-la, e as críticas à atuação de um ou outro ministro diante de seus projetos – Lauro Muller, ministro de obras públicas, é figura constante.

Os volumes referentes às companhias de telefones foram encontrados, na segunda fase da pesquisa, na biblioteca do Setor Jurídico da empresa. Esses livros reuniam as concessões e contratos na área dos telefones: *Telephone documents*, da *Brazilian Traction*, de 1917, e *Telephones*, da *Rio Light*, de 1916. A legislação referente a esta área foi levantada através desses livros e da *Coleção de Leis do Brasil*. Eram relatórios, contratos e decretos que informavam sobre a evolução da área de telefonia e de cada empresa adquirida na expansão do sistema, e também tiveram que ser fichados e copiados a mão.

Na Biblioteca da companhia, que ficava em outro prédio, encontramos, ainda na primeira etapa, um volume encadernado com os relatórios de Diretoria relativos aos anos de 1907 a 1911. Iniciava-se com o segundo relatório, e depois de muita pesquisa em correspondência e outros documentos, descobrimos que o primeiro relatório tinha sido quase confidencial, pois no primeiro ano de atuação o projeto quase tinha sossobrado. As questões deste período inicial foram detectadas sobretudo na correspondência dos empresários e em dois trabalhos publicados no Canadá, com pesquisas realizadas nos arquivos da Brascan em Toronto, que estavam um pouco distantes para nós. Mais tarde, consegui fotocopiar os primeiros relatórios da *Light*, os estatutos de algumas subsidiárias, que tinham sido fichados a mão no início da pesquisa, e os mapas dos serviços e fotografias que faziam parte do *2d Annual Report*.

Com relação ao período entre 1907 e 1911, os *Relatórios Anuais de Diretoria* (*Annual Reports*) da *Rio Light* foram riquíssimos de informações, e incluíam os balanços e empréstimos por companhia subsidiária. Infelizmente, a série que se encontra no Arquivo da empresa tem inúmeras interrupções, não estando cobertos os anos de 1912 a 1930. O primeiro relatório da *Brazilian Traction* supriu a necessidade de dados sobre a *Rio Light* para 1912-13, e o segundo para 1914. Para complementar a história dos telefones e da

revisão da concessão da *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft*, consultamos os relatórios da *Brazilian Traction* dos anos 1915-23.

Na pasta “Documentos da Companhia” havia um pouco de tudo, relativo a documentos oficiais da companhia no Canadá. Encontramos, por exemplo, a carta de incorporação da *Rio Light*, a relação dos primeiros acionistas com o respectivo montante de participação, a carta de incorporação da *Brazilian Telephone Company*, estatutos de algumas das companhias telefônicas incorporadas no Canadá, correspondência com a Secretaria de Estado daquele país. O livro *Company's Acts*, encontrado na biblioteca, nos deu uma orientação sobre o funcionamento das sociedades por ações no Canadá e a evolução da legislação, mostrando diferenças entre os momentos de formação das companhias de São Paulo e do Rio, que dificultavam o processo da segunda.

Duas riquíssimas fontes secundárias para este trabalho foram obras publicadas, em 1988, pela Universidade de Toronto, Canadá. A primeira, é a tese de Duncan McDowall, *The Light: Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd. 1899-1945*, que estuda a fundo o processo de desenvolvimento das companhias irmãs desde a formação da *São Paulo Light*, e utiliza fartamente a documentação tanto desta companhia quanto da *Rio Light*, e sobretudo o arquivo da *Brascan* (empresa continuadora da *Brazilian Traction*) em Toronto. É um trabalho feito dentro da empresa e com sua perspectiva, mas uma fonte inesgotável de informações muito bem referenciadas.

A outra obra é um trabalho conjunto de dois professores de história da Universidade de York, publicado também pela Universidade de Toronto. Christopher Armstrong e H. V. Nelles, em seu livro *Southern Exposure: Canadian Promoters in Latin America and the Caribbean (1896-1930)* têm uma perspectiva mais ampla, partindo dos empresários e capitalistas canadenses, entre eles os sócios da *Light*, e suas incursões na América Latina, como as próprias companhias do grupo *Brascan*. É um livro independente, com uma excelente abordagem crítica.

Analisando os investimentos canadenses no continente, focalizam como um dos principais empreendimentos a formação das companhias do grupo *Light and Power* no Brasil. É uma obra essencial para a compreensão da captação de recursos da empresa e, sobretudo, da política financeira daqueles pioneiros do capitalismo internacional. Através dessa obra foi possível compreender a formação do capital da *Rio Light* e, as relações internacionais estabelecidas pelos canadenses para garantir a sua estruturação. Os problemas econômico-financeiros vividos pelos empresários da *Rio Light* no início de sua formação estão muito bem analisados no livro. As duas obras foram essenciais para compreender a evolução da companhia, em virtude da dificuldade de acesso a uma parte fundamental da documentação, que se encontra em Toronto.

Utilizamos também, para informações complementares, as publicações periódicas da empresa, *Light* e *A Turbina*, editadas a partir de 1928 e 1940, respectivamente, e que trazem referências históricas em artigos para divulgação. Creio que também podemos considerar como fonte a obra de Charles Julius Dunlop, editada pela própria Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro (leia-se a *Light*), que trata da história de todos os serviços da *Light*, com exceção dos telefones. Como ele era um antigo funcionário da empresa, tinha acesso a toda a sua documentação e à das companhias subsidiárias, de modo que, apesar de não apresentar referência sistemática das fontes utilizadas, pode-se confiar em suas informações.

O estudo analítico dos documentos das empresas, tanto no que se refere à história das companhias anteriores quanto à da própria *Light*, foi confrontado com as notícias nos periódicos e crônicas de época, inclusive recorrendo a entrevistas feitas com antigos empregados e com usuários da rede. Para completar dados históricos sobre iluminação, recorremos ao *Relatório* do Ministério de Obras Públicas de 1922, que apresenta um “esboço histórico” sobre *A iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro*. Nas *Obras Completas* de Rui Barbosa, volumes XXVI e XXXI, obtivemos, em seus pareceres e nos discursos parlamentares, informações referentes à Concessão Reid de energia hidroelétrica, de 1899, e aos privilégios da *Société Anonyme du Gaz*, do mesmo ano. No volume XVI, encontramos artigos seus sobre as tarifas de bondes. Alguns dados referentes aos contratos e à formação da Companhia Telefônica Brasileira foram encontrados nos livros da Junta Comercial, na época no Arquivo Nacional.

Os mapas me parecem de importância fundamental para a compreensão de um processo histórico, sobretudo no caso da evolução urbana com interferência intensiva no espaço geográfico, como sucedeu com a nossa cidade. E os mapas referentes aos bondes e outros serviços da *Light*, apresentados no *2d Annual Report*, de 1907, são claríssimos e foi possível obter cópias, inicialmente em preto e branco e, na última etapa, a cores, para poder melhor analisá-los e trabalhar sobre eles.

Esses mapas, do início do século XX, apresentam a cidade antes da reforma urbana, porém já mostram o primeiro projeto do Porto e também a Vila Ipanema, na época apenas um loteamento, com uma precária linha de bonde de burros que o ligava, desde 1902, ao terminal da Igrejinha de Copacabana. O sistema viário dos mapas da *Light* tem mais de 90% das ruas representadas. São muito importantes para a compreensão da evolução da cidade porque apresentam a malha urbana completa que seria afetada pela reforma nos anos seguintes.

Junto com os mapas há uma planta da represa do ribeirão das Lajes, incluindo um corte longitudinal referente aos níveis de profundidade e também o percurso e distância das linhas de transmissão. As fotos incluídas no relatório são da usina de Ribeirão das Lages e da estação terminal no Rio de Janeiro.

5. CONCLUSÃO.

As fontes utilizadas para o estudo da história de uma empresa, basicamente o arquivo dessa empresa e os arquivos de suas fábricas, assim como a documentação governamental ou de entidades empresariais, traduzem o discurso dos empresários, sua visão de mundo, e deixam transparecer sua ideologia e sua mentalidade. São documentos que permitem a análise do processo de formação do empresariado e sua atuação sobre a força de trabalho, e também a afirmação e a expansão da companhia, mas sempre a partir da ótica empresarial. Foi possível assim, no caso da Companhia América Fabril, sistematizar a evolução da mentalidade empresarial através da análise de suas estratégias no que diz respeito à dinamização do empreendimento, políticas de produção, relações entre os empresários e aquelas estabelecidas entre a empresa e a força de trabalho. Além disso, foi possível tecer algumas considerações sobre o grau de assimilação ou rejeição dos operários ao processo fabril, a partir do discurso e da perspectiva patronais, o que nos deu

uma visão de um dos processos de formação do operário fabril dentro do contexto do Rio de Janeiro.

No caso da *Light*, o discurso dos empresários informa, além das estratégias de controle do mercado e da produção nas diversas áreas, as relações estabelecidas entre os empresários estrangeiros e os nacionais, e com os políticos do país. A expansão da empresa nos mostra o nível de interferência que chegam a atingir na cidade, na sociedade local e no país, e suas estratégias de negociação. O estudo da evolução da companhia nos dá uma amostra dos pioneiros do capitalismo monopolista e de como funcionavam as sociedades multinacionais no início. A alcunha de “polvo canadense” é justificada pelo número de empresas que a *Light* teve que absorver para atingir seus objetivos. Porém, fica ainda mais clara quando se focaliza o setor de telefonia, que não estava no projeto original dos empresários e foi absorvido por necessidade operacional. Nesta área, o polvo engoliu tantas companhias em tão vasto território – Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, sul de Minas Gerais e Espírito Santo – que não podia mais funcionar como uma subsidiária, e tornou-se uma grande empresa independente, ligada apenas à *Brazilian Traction*.

Os dois arquivos tiveram problemas semelhantes para serem pesquisados, porém o da *Light* foi muito mais complicado. Não só pela complexidade, dispersão e permanente mudança e reorganização, mas pela ausência de grande parte dos documentos que estão no exterior – sobretudo a parte financeira, da qual só tivemos em primeira mão as informações dos relatórios e balanços. Uma grande parte da documentação até estava acessível, como os cartões de registro dos operários e plantas de obras, porém não cabia no objetivo da pesquisa, trabalhar com eles.

A documentação da Companhia América Fabril, mais completa, nos informou detalhes da intimidade dos empresários e de suas relações familiares. Não tivemos, porém, acesso à correspondência, que foi, no caso da *Light*, o manacial mais rico da documentação, informando sobre a sensibilidade dos empresários e suas relações pessoais. Inclusive como essas relações ajudaram nos momentos da captação de recursos no mercado internacional e da formação da companhia no Canadá.